



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DGPC
SUPERINTENDÊNCIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

**PRIMEIRA AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EXTRAORDINÁRIO
ESCRIVÃO DE POLÍCIA DA 3ª CLASSE**

Candidato(a)

Inscrição

--	--

Nível

SUPERIOR

Turno

TARDE

Material

Além deste Caderno de Questões com quarenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.

Divulgação

A prova e o gabarito preliminar estarão disponíveis conforme previsto em Edital.

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- ▶ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual se matriculou.
- ▶ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.
- ▶ A Folha de Respostas é o único documento válido para avaliação.
- ▶ Preencha os campos destinados à assinatura na Folha de Respostas. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ▶ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.
- ▶ O prazo de realização da prova é de **4 horas**, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ▶ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões.
- ▶ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões, desde que permaneça na sala até 3h00min (três horas) após o início da prova.
- ▶ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

**Fraudar ou tentar fraudar
Concurso Público é Crime!
Previsto no Art. 311 - A do
Código Penal**

Boa prova!

Inteligência emocional aplicada ao atendimento ao público

1

Sobre a Teoria das Inteligências Múltiplas, desenvolvida por Howard Gardner, afirma-se que:

- (A) Gardner defendia que a inteligência humana é uma capacidade única, medida exclusivamente pelo QI.
- (B) Gardner criou a teoria segundo a qual apenas as habilidades lógico-matemáticas e linguísticas podem ser consideradas formas de inteligência.
- (C) Gardner criou a Teoria das Inteligências Múltiplas, ampliando o conceito de inteligência ao reconhecer diferentes capacidades humanas, entre elas as inteligências intrapessoal e interpessoal, denominadas “inteligências pessoais”, relacionadas, respectivamente, ao conhecimento de si mesmo e à compreensão e interação com outras pessoas.
- (D) Gardner criou o conceito de Inteligência Emocional e estabeleceu que ela substitui todas as demais formas de inteligência.
- (E) Gardner afirmou que as emoções não possuem relação com as capacidades humanas, pois somente o raciocínio lógico caracteriza a inteligência.

2

Sobre o cérebro emocional e o cérebro racional, afirma-se que:

- (A) O cérebro racional armazena as memórias emocionais, permitindo que a origem de toda reação emocional seja conscientemente identificada.
- (B) As memórias emocionais somente se formam após o desenvolvimento da linguagem e da capacidade de raciocínio.
- (C) O cérebro emocional está relacionado às respostas rápidas e automáticas e às memórias emocionais, inclusive as formadas antes do desenvolvimento da linguagem, podendo desencadear reações cujas origens não são conscientemente identificadas.
- (D) O cérebro emocional e o racional processam as informações da mesma forma, diferenciando-se apenas pelo tipo de memória armazenada.
- (E) O cérebro racional produz respostas rápidas e impulsivas, enquanto o emocional realiza análises mais lentas e ponderadas.

3

Sobre o conceito e as funções das emoções, afirma-se que:

- (A) As emoções são respostas automáticas que possuem função adaptativa, preparando o organismo para reagir e podendo influenciar temporariamente a interpretação das situações.
- (B) As emoções resultam de decisões conscientes, permitindo ao indivíduo escolher previamente como se sentirá diante de uma situação.
- (C) As emoções são exclusivamente psicológicas e, por isso, não provocam alterações fisiológicas ou manifestações corporais.
- (D) As emoções prejudicam a adaptação do indivíduo, pois impedem o organismo de responder adequadamente às situações.
- (E) As emoções provocam alterações fisiológicas, mas não influenciam o pensamento, pois emoção e razão funcionam de forma independente.

4

Um investigador realiza uma tarefa que, pela repetição, tornou-se praticamente automática. Durante sua execução, percebe que sua mente se desviou para lembranças negativas do passado e preocupações com o futuro.

Sobre o automatismo e a atenção, nota-se que:

- (A) A repetição pode tornar uma tarefa automática, exigindo menos atenção consciente e favorecendo a divagação da mente para pensamentos sobre o passado ou o futuro.
- (B) A realização automática de uma tarefa exige maior atenção consciente e impede a ocorrência de pensamentos paralelos.
- (C) As lembranças do passado surgem apenas quando a pessoa direciona voluntariamente sua atenção a elas.
- (D) O automatismo mantém a atenção totalmente concentrada no momento presente, reduzindo as distrações mentais.
- (E) As preocupações com o futuro representam previsões objetivas de acontecimentos que certamente irão ocorrer.

5

Um servidor percebe que está com raiva, reconhece e aceita a emoção, mas decide conscientemente não alimentar os pensamentos relacionados a ela.

Considerando os conceitos de abdicação, repressão e negação das emoções, verifica-se que:

- (A) A situação caracteriza repressão, pois o servidor impede a emoção de existir.
- (B) A situação exemplifica a abdicação da emoção, pois o servidor reconhece e aceita o que está sentindo, mas escolhe conscientemente não alimentar a emoção.
- (C) A situação caracteriza negação, pois o servidor evita reconhecer a existência da emoção.
- (D) A abdicação consiste em eliminar completamente uma emoção antes de tomar qualquer decisão.
- (E) A única forma de lidar adequadamente com a raiva é expressá-la imediatamente.

6

Sobre a escuta consciente, afirma-se que:

- (A) Escutar conscientemente significa pensar na resposta enquanto a outra pessoa ainda está falando.
- (B) A escuta consciente exige que a pessoa não tenha nenhum pensamento durante a conversa.
- (C) A escuta consciente exige presença, concentração e atenção ao que o outro comunica, inclusive aos sinais não verbais.
- (D) A escuta consciente considera apenas as palavras, ignorando gestos, expressões e tom de voz.
- (E) Quando ocorre uma distração, não é possível retomar a atenção durante a conversa.

7

Sobre liderança, empatia, bondade e compaixão, afirma-se que:

- (A) Liderar significa exercer autoridade sobre as pessoas, mantendo o controle das decisões e evitando interferências da equipe.
- (B) A liderança baseada na compaixão exige que o líder deixe de lado os objetivos da organização para priorizar exclusivamente o bem-estar das pessoas.
- (C) Liderar com bondade e compaixão significa abandonar o padrão de chefe autoritário e exercer uma liderança competente, voltada ao bem-estar dos outros.
- (D) A humildade pessoal reduz a capacidade de liderança, pois líderes eficientes precisam demonstrar superioridade e autoridade.
- (E) Empatia, compaixão e bondade são características naturais da personalidade e não podem ser desenvolvidas por meio de treinamento.

8

Um servidor precisa comunicar uma decisão que poderá gerar impacto negativo para outra pessoa. Considerando a empatia e a comunicação não violenta, tem-se que:

- (A) Informações sensíveis devem ser transmitidas preferencialmente por mensagens escritas, pois a distância reduz a influência das emoções na comunicação.
- (B) A comunicação não violenta exige que o servidor evite qualquer decisão que possa provocar emoções desagradáveis no interlocutor.
- (C) A comunicação direta e pessoal favorece o contato emocional e a empatia, permitindo adequar a linguagem, o tom de voz e os gestos para facilitar a compreensão da informação.
- (D) A empatia na comunicação consiste em transmitir a informação da mesma maneira para todas as pessoas, garantindo tratamento igual aos interlocutores.
- (E) O uso da empatia dispensa a atenção às próprias emoções, pois a comunicação deve se concentrar exclusivamente nas emoções do interlocutor.

9

Sobre as emoções e suas características, verifica-se que:

- (A) A tristeza está relacionada à percepção de uma perda e pode apresentar duração mais prolongada que outras emoções.
- (B) A tristeza surge exclusivamente diante da percepção de uma ameaça física.
- (C) A tristeza é uma emoção de duração muito curta e desaparece imediatamente após o estímulo que a provocou.
- (D) A principal função da tristeza é preparar o organismo para reagir rapidamente a uma situação de perigo.
- (E) A tristeza ocorre apenas quando a pessoa consegue identificar racionalmente a causa da perda.

10

Durante uma diligência, um policial é provocado e sente raiva, mas controla sua reação e age de forma consciente e adequada.

Sobre o autocontrole, afirma-se que:

- (A) Ter autocontrole significa não sentir emoções negativas, como raiva ou irritação.
- (B) O policial que possui autocontrole deve permanecer passivo diante de qualquer situação de conflito.
- (C) O autocontrole exige que a emoção desapareça completamente antes de qualquer ação.
- (D) Ter autocontrole não significa deixar de sentir emoções, mas evitar reações impulsivas e escolher conscientemente como agir.
- (E) Sentir raiva significa perder automaticamente a capacidade de controlar o próprio comportamento.

Fundamentos históricos e teóricos da análise criminal

11

No desenvolvimento da análise criminal, diferentes métodos podem ser empregados para organizar o processo analítico e orientar a atuação do analista diante de problemas relacionados à criminalidade. Entre esses modelos há um método estruturado em quatro etapas sucessivas que compreendem a identificação do problema, sua análise, a elaboração de uma resposta e, posteriormente, a avaliação dos resultados obtidos.

Assinale a alternativa que apresenta esse método e suas respectivas etapas:

- (A) Método PIAI – Planejar, Inspeccionar, Analisar e Intervir
- (B) Método OBAA – Observar, Balizar, Avaliar e Acompanhar
- (C) Método CARR – Coletar, Analisar, Responder e Revisar
- (D) Método AVEE – Avaliar, Verificar, Executar e Examinar
- (E) Método IARA – Identificar, Analisar, Responder e Avaliar

12

Os diferentes tipos de análise criminal distinguem-se, entre outros aspectos, pela finalidade do conhecimento produzido e pelo horizonte temporal de sua aplicação. Nesse contexto, qual ação está diretamente relacionada à Análise Criminal Tática (ACT)?

- (A) Divulgar informações criminais à população e promover a prestação de contas das ações de segurança pública.
- (B) Subsidiar ações policiais imediatas, produzindo conhecimento de utilidade em curto espaço de tempo.
- (C) Orientar predominantemente decisões de longo prazo e soluções que envolvam diferentes órgãos e instituições.
- (D) Produzir informações destinadas prioritariamente à formulação de políticas públicas de caráter estrutural.
- (E) Aprofundar informações para identificação de organizações criminosas, financiamentos de crimes e vínculos entre seus integrantes.

13

O Triângulo do Crime é uma teoria derivada da Teoria da Atividade Rotineira e constitui importante referência para a análise criminal, pois permite compreender fatores relacionados à ocorrência de delitos e identificar possíveis pontos de intervenção. Nesse sentido, quais são os três principais elementos que compõem o Triângulo do Crime?

- (A) Agressor motivado, vítima vulnerável e ambiente favorável.
- (B) Armamento disponível, autor conhecido e local do crime.
- (C) Motivação criminosa, meio empregado e resultado produzido.
- (D) Agente de segurança pública, estrutura policial e ambiente social.
- (E) Polícia, Poder Judiciário e Ministério Público.

14

A Análise Criminal pode fornecer subsídios para decisões que ultrapassam a atuação policial imediata, contribuindo para o planejamento de ações de maior alcance e para o enfrentamento de problemas relacionados à criminalidade. Nesse contexto, qual tipo de análise criminal é mais adequado para subsidiar a elaboração de políticas públicas?

- (A) Análise Criminal Tática
- (B) Análise Criminal Estratégica
- (C) Análise Criminal Elaborativa
- (D) Análise Criminal Consultiva
- (E) Análise Criminal Operacional

15

No início do século XX, August Vollmer, chefe de Polícia de Berkeley, Califórnia, destacou-se pela introdução de importantes inovações na atividade policial. Entre elas, utilizou uma técnica que permitia identificar visualmente as áreas em que crimes e chamadas de emergência se encontravam concentrados.

Essa técnica ficou conhecida como:

- (A) *Hot Dot*
- (B) *Spree*
- (C) Mapeamento de pino
- (D) Unidade de análise
- (E) Mapeamento de ocorrências por cores

16

A Teoria das Janelas Quebradas, desenvolvida por James Q. Wilson e George L. Kelling, relaciona determinadas características do ambiente urbano ao aumento da criminalidade. Segundo essa teoria:

- (A) A criminalidade decorre exclusivamente de fatores econômicos.
- (B) A ocorrência de crimes independe das condições do ambiente urbano.
- (C) O aumento da presença policial é o único meio eficaz de prevenção criminal.
- (D) A desordem e o vandalismo em um ambiente urbano podem favorecer o aumento da criminalidade.
- (E) A desordem urbana interfere apenas na percepção de segurança, sem relação com a criminalidade.

17

A criação da Polícia Metropolitana de Londres, em 1829, por Sir Robert Peel, é considerada um marco para o desenvolvimento do policiamento moderno, estruturado e profissional. O modelo londrino tornou-se referência para forças policiais de diversos países e contribuiu para o desenvolvimento da análise criminal.

Entre as contribuições associadas ao desenvolvimento da análise criminal no modelo londrino, verifica-se:

- (A) O desenvolvimento do conceito de *modus operandi*.
- (B) A elaboração da Teoria do Triângulo do Crime.
- (C) O desenvolvimento da Teoria das Janelas Quebradas.
- (D) A Criação e emprego dos Bow Street Runners.
- (E) A criação do Método IARA.

18

A Análise Criminal deve observar princípios orientadores que auxiliam o analista na compreensão dos problemas e na obtenção dos resultados desejados. Assinale a alternativa que não representa um princípio da Análise Criminal:

- (A) Fundamentação em convicções políticas e percepções individuais.
- (B) Diversidade de abordagens.
- (C) Análises específicas para problemas específicos.
- (D) Criatividade e inovação na análise.
- (E) Simplificação da análise.

19

A Análise Criminal, embora possa envolver metodologias de pesquisa e estatística, não deve ser compreendida como uma atividade necessariamente complexa ou misteriosa. De acordo com o princípio da base na lógica:

- (A) A análise criminal depende exclusivamente da utilização de métodos estatísticos avançados.
- (B) A experiência do analista possui pouca relevância para a compreensão do problema analisado.
- (C) A análise deve considerar somente informações relacionadas aos infratores.
- (D) A criatividade deve ser evitada durante o processo de análise criminal.
- (E) A experiência do analista e o raciocínio lógico são importantes para compreender o problema e avaliar possíveis soluções.

20

A realização de uma Análise Criminal, ainda que conduzida de forma simples e objetiva, pode apresentar algumas dificuldades. De acordo com Bynum (2001), determinados fatores podem interferir nesse processo.

Nesse sentido, verifica-se que:

- (A) A utilização de dados coletados de maneira adequada para subsidiar as decisões.
- (B) A busca de informações em fontes diversas para ampliar a compreensão do problema.
- (C) A concessão de tempo suficiente ao analista para examinar adequadamente o problema.
- (D) A utilização da análise como instrumento para o planejamento estratégico e tático.
- (E) A tendência de agir imediatamente após a ocorrência do problema, sem informações suficientes para garantir o sucesso da resposta.

Artigos 1 ao 58 da Lei Orgânica da Polícia Civil

21

A Delegacia Regional de Polícia recebeu informações sobre uma organização criminosa que atuava em três municípios. O Delegado responsável determinou que a equipe realizasse diligências, preservasse os elementos encontrados e adotasse metodologia investigativa baseada em informações técnicas. Durante a operação, um policial sugeriu que a equipe utilizasse força desnecessária contra um investigado para obter uma confissão. Considerando os princípios institucionais da Polícia Civil, a conduta sugerida pelo policial:

- (A) Está correta, porque a eficiência investigativa permite o uso de qualquer meio para obtenção da verdade.
- (B) Está correta, desde que autorizada pelo chefe da investigação.
- (C) Contraria o princípio do uso proporcional da força.
- (D) Somente seria irregular se houvesse testemunhas.
- (E) É admitida quando houver indícios de participação do investigado.

22

Considerando os princípios institucionais da Polícia Civil previstos na Lei nº 16.901/2010, analise os itens a seguir:

- I. Proteção dos direitos humanos.
- II. Eficiência na repressão das infrações penais.
- III. Delegabilidade das atribuições funcionais.
- IV. Divisibilidade da investigação policial.

Verifica-se que:

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (E) Todas os itens estão corretos.

23

Maria compareceu a uma unidade policial para comunicar um crime. Ao chegar, permaneceu por longo período aguardando atendimento, embora houvesse servidores disponíveis. O policial responsável afirmou que não havia necessidade de atender imediatamente porque o fato não parecia grave. A conduta do policial contraria diretamente a diretriz institucional de:

- (A) Atendimento imediato ao cidadão.
- (B) Atuação especializada.
- (C) Sigilo da investigação.
- (D) Distribuição proporcional do efetivo.
- (E) Burocratização das atividades policiais.

24

Quando o Delegado-Geral suspender o porte de arma de policial civil por infração disciplinar e/ou penal, deverá:

- (A) Arquivar automaticamente o caso.
- (B) Determinar concomitantemente a instauração de procedimento administrativo disciplinar e/ou criminal.
- (C) Comunicar somente ao Poder Judiciário.
- (D) Encaminhar o caso exclusivamente à Polícia Militar.
- (E) Aguardar decisão definitiva antes de instaurar qualquer procedimento.

25

Com base na Lei nº 16.901/2010, que dispõe sobre a organização da Polícia Civil do Estado de Goiás, analise as afirmativas a seguir acerca das atribuições dos cargos de Escrivão de Polícia, Agente de Polícia e Papiloscopista Policial e assinale a alternativa correta.

- I. Compete aos titulares do cargo de Escrivão de Polícia exercer atividades de formalização dos procedimentos relacionados às investigações criminais e às operações policiais, bem como executar serviços de natureza cartorária, além de outras atribuições definidas em regulamento.
- II. Os cargos de Escrivão de Polícia, Agente de Polícia e Papiloscopista Policial são privativos de bacharel em Direito e possuem natureza técnico-policial.
- III. Compete aos Agentes de Polícia participar e colaborar no planejamento e na execução de investigações criminais, produzir conhecimentos e informações relevantes à investigação criminal e executar operações policiais, além de outras atribuições definidas em regulamento.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Nenhuma das afirmativas está correta.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

26

Durante uma ocorrência de homicídio, uma equipe da Polícia Civil chegou ao local e encontrou diversos objetos que poderiam estar relacionados ao crime. O delegado determinou que os policiais preservassem o local, apreendessem os instrumentos e materiais relacionados à infração penal e adotassem as providências necessárias para a realização dos exames periciais.

Considerando o art. 5º da Lei nº 16.901/2010, a determinação do delegado:

- (A) Está incorreta, pois a Polícia Civil não pode apreender instrumentos relacionados à infração penal.
- (B) Está correta, pois compete à Polícia Civil preservar locais, apreender instrumentos, materiais e produtos de infração penal, bem como requisitar perícia oficial e exames complementares.
- (C) Está incorreta, pois somente o Poder Judiciário pode determinar a preservação do local.
- (D) Está correta apenas quanto à preservação do local, mas a requisição de perícia é competência exclusiva do Ministério Público.
- (E) Está incorreta, pois a realização de exames periciais dispensa a preservação do local.

27

Durante uma aula do curso de formação policial, um aluno afirmou:

“A Polícia Civil é competente para apurar qualquer infração penal praticada no território estadual, inclusive as infrações militares.”

Considerando os dispositivos da Lei nº 16.901/2010, a afirmação do aluno está:

- (A) Correta, pois a Polícia Civil possui competência geral para apuração de todas as infrações penais.
- (B) Correta apenas quando a infração militar for praticada por policial militar.
- (C) Incorreta, pois compete à Polícia Civil exercer, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e apurar infrações penais, exceto as militares.
- (D) Incorreta somente quando a infração ocorrer dentro de unidade militar.
- (E) Correta quando houver determinação do Delegado-Geral.

28

A policial civil Maria recebeu convite para ministrar aulas em uma instituição privada de ensino superior. A atividade possui natureza técnico-científica, e o horário das aulas é compatível com o regime de trabalho que Maria cumpre na Polícia Civil.

Considerando exclusivamente o art. 9º da Lei nº 16.901/2010, Maria:

- (A) Não poderá aceitar o cargo de professora, pois a função policial é sempre incompatível com qualquer outra atividade.
- (B) Poderá exercer a atividade docente, pois o art. 9º admite, como exceção, o exercício de cargo de professor, público ou privado, quando a atividade tiver natureza técnico-científica e houver compatibilidade de horários.
- (C) Somente poderá exercer a atividade docente se a instituição de ensino for pública.
- (D) Poderá exercer a atividade docente independentemente da compatibilidade de horários.
- (E) Somente poderá exercer a atividade docente se reduzir sua jornada policial.

29

De acordo com as disposições da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás, analise as afirmativas a seguir acerca da estrutura e da organização das Unidades Policiais e assinale a alternativa correta.

- I. As Delegacias de Polícia Civil, distritais, municipais e especializadas municipais são unidades diretamente subordinadas às respectivas delegacias regionais, com competência para a execução de suas atividades-fim de polícia judiciária e administrativa, nos termos da legislação em vigor e de outros atos normativos que vierem a dispor sobre a matéria.
- II. As Delegacias de Polícia Especializadas, de competência estadual, são unidades diretamente subordinadas ao Secretário de Segurança Pública.
- III. Cada Delegacia de Polícia terá 01 (um) Chefe de Cartório e 01 (um) Chefe de Investigação, indicados pela autoridade policial da referida delegacia, designados pelo Delegado Regional de Polícia, escolhidos entre os ocupantes dos cargos, respectivamente, de Escrivão de Polícia e de Agente de Polícia da Classe Especial.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Todas as afirmativas estão incorretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

30

Com base no art. 10 da Lei Orgânica da Polícia Civil, assinale a alternativa que apresenta corretamente a estrutura organizacional básica da instituição.

- (A) Direção Superior, Execução Administrativa, Execução Operacional e Corregedoria.
- (B) Direção e Assessoramento Superior, Execução Estratégica, Execução Tática e Execução Operativa.
- (C) Direção Geral, Assessoramento Técnico, Investigação Criminal e Polícia Judiciária.
- (D) Direção Superior, Execução Estratégica, Execução Administrativa e Execução Operacional.
- (E) Assessoramento Superior, Coordenação Estratégica, Execução Administrativa e Execução Policial.

Artigo 202 da Lei Estadual nº 20.756/2020

31

Um servidor público, insatisfeito com sua unidade de lotação, decide deixar de comparecer ao trabalho sem comunicar previamente à Administração ou apresentar qualquer justificativa. A ausência é voluntária e se prolonga por 30 dias consecutivos, período em que o servidor não desempenha nenhuma de suas atribuições funcionais.

Diante dessa situação, verifica-se que:

- (A) A conduta caracteriza inassiduidade habitual.
- (B) A conduta configura abandono de cargo, sendo aplicável a penalidade de demissão.
- (C) A ausência somente poderá ser considerada abandono de cargo após 60 dias consecutivos.
- (D) A conduta configura mera falta injustificada, não sujeitando a qualquer penalidade.
- (E) O servidor não poderá ser punido se retornar ao exercício de suas funções.

32

Durante o exercício de suas funções, um servidor público estadual pratica diferentes condutas relacionadas ao desempenho de suas atividades e à utilização dos recursos públicos. Considerando as proibições previstas no art. 202 da Lei Estadual nº 20.756/2020 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Goiás), assinale a alternativa que NÃO configura transgressão disciplinar.

- (A) Utilizar pessoal ou recursos materiais da Administração Pública para fins particulares.
- (B) Praticar ato compatível com a moralidade administrativa.
- (C) Captar cliente para pessoa física ou jurídica que atue em área relacionada às suas atribuições ou do órgão ou da entidade de seu exercício.
- (D) Receber presentes ou vantagens fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento.
- (E) Retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

33

Em determinada unidade policial, um servidor, de forma reiterada, adota comportamentos que geram conflitos no ambiente de trabalho. Além de provocar desentendimentos entre os colegas, o servidor procura colocar outros integrantes da equipe contra seu superior hierárquico, contribuindo para a criação de um ambiente de trabalho hostil e para o comprometimento da harmonia da equipe.

Considerando as disposições disciplinares aplicáveis aos servidores públicos, a conduta descrita:

- (A) Configura transgressão disciplinar por incitar servidor contra superior hierárquico ou provocar, de forma velada ou ostensiva, animosidade entre seus pares.
- (B) Constitui apenas manifestação da personalidade do servidor, não sendo passível de responsabilização disciplinar.
- (C) Evidencia que o chefe imediato não está conseguindo conduzir a equipe de maneira adequada e assertiva.
- (D) Caracteriza mero conflito interpessoal, cuja solução deve ocorrer exclusivamente por meio de mediação entre os servidores envolvidos.
- (E) Não configura transgressão disciplinar, desde que o servidor não tenha praticado ofensa verbal direta contra seus colegas ou superior.

34

Um servidor público deveria comparecer a uma atividade funcional obrigatória. Para evitar o cumprimento da obrigação, informa que possui uma condição que o impede de participar, embora saiba que tal circunstância não existe.

Após a Administração verificar que a informação foi simulada com o objetivo de evitar o cumprimento do dever funcional, a conduta do servidor:

- (A) Somente poderá ser punida se a simulação resultar em prejuízo financeiro para a Administração.
- (B) Constitui apenas uma justificativa administrativa, sem repercussão disciplinar.
- (C) Configura exclusivamente abandono de cargo.
- (D) Constitui transgressão disciplinar por simular fato ou condição para esquivar-se do cumprimento de obrigação funcional, sujeita a advertência ou suspensão de até 30 dias.
- (E) Constitui falta funcional punível exclusivamente com advertência.

35

Um servidor, interessado em participar de um evento particular cujo ingresso possui valor elevado, decide utilizar sua identificação funcional para obter acesso gratuito ao evento, embora não esteja em serviço e não exista qualquer autorização ou benefício institucional que justifique a gratuidade.

Considerando as normas disciplinares aplicáveis, a conduta do servidor:

- (A) Configura transgressão disciplinar por utilizar indevidamente a identificação funcional ou qualquer outro meio que o vincule ao cargo público ou à função de confiança, em benefício próprio ou de terceiro.
- (B) Configura transgressão disciplinar apenas se o servidor deixar de comunicar previamente seu superior hierárquico sobre a utilização da identificação funcional.
- (C) Não configura transgressão disciplinar, pois a identificação funcional é de uso exclusivo do servidor e pode ser apresentada em qualquer situação.
- (D) Configura conduta regular, pois o policial possui direito à gratuidade em eventos particulares mediante apresentação da identificação funcional.
- (E) Configura transgressão disciplinar somente se o organizador do evento tiver concedido o benefício exclusivamente em razão da condição funcional do servidor.

36

Durante o atendimento de um cidadão na unidade policial, um servidor demonstra comportamento agressivo, responde de maneira ríspida e desrespeitosa às solicitações apresentadas e se recusa a prestar o atendimento com a cordialidade e o respeito esperados no serviço público.

Considerando as normas disciplinares aplicáveis, a conduta do servidor:

- (A) Constitui exclusivamente crime de abuso de autoridade.
- (B) Não constitui infração, pois o servidor pode escolher a forma de atendimento conforme sua avaliação pessoal.
- (C) Configura transgressão disciplinar somente se o cidadão apresentar reclamação formal contra o servidor.
- (D) Constitui transgressão disciplinar por faltar com a urbanidade no atendimento ao cidadão.
- (E) Somente caracteriza infração disciplinar quando houver ofensa verbal explícita ao cidadão.

37

Durante o expediente, um servidor público utiliza o computador e a rede de internet disponibilizados pela Administração para acessar, armazenar e compartilhar arquivos com conteúdo pornográfico. Os recursos tecnológicos utilizados pertencem à Administração Pública e foram disponibilizados ao servidor para o desempenho de suas atividades funcionais.

Diante da situação apresentada, verifica-se que:

- (A) A utilização do computador institucional para fins particulares é permitida desde que não cause prejuízo ao funcionamento do equipamento.
- (B) A conduta não configura infração disciplinar, desde que o servidor não tenha compartilhado o material com pessoas externas à Administração.
- (C) A conduta configura apenas uso inadequado do equipamento público.
- (D) A conduta somente configura transgressão se o material for acessado durante o atendimento ao público.
- (E) A conduta constitui transgressão disciplinar, por utilizar recursos eletrônicos ou de comunicação da Administração Pública para acessar, armazenar ou enviar material com conteúdo pornográfico.

38

Um servidor, utilizando computador e recursos tecnológicos disponibilizados pela Administração Pública, instala deliberadamente um programa nocivo na rede institucional com a finalidade de comprometer o funcionamento dos sistemas utilizados pela unidade. Como consequência, determinados computadores passam a apresentar falhas e ficam temporariamente indisponíveis.

Nessa situação, a conduta do servidor:

- (A) Constitui apenas uso inadequado dos equipamentos públicos, sujeitando o servidor à advertência.
- (B) Constitui transgressão disciplinar por utilizar recursos de tecnologia da informação da Administração Pública para violar sistemas ou disseminar vírus ou programas nocivos, sujeita à penalidade de suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão.
- (C) Não configura infração disciplinar, pois o servidor utilizou equipamento que estava regularmente à sua disposição.
- (D) Somente configura transgressão se houver comprovação de prejuízo financeiro à Administração.
- (E) Configura exclusivamente crime, não podendo gerar responsabilização na esfera administrativa.

39

Um servidor possui autorização para acessar determinado sistema de informações da Administração Pública. Sabendo que um colega não possui autorização para acessar aquele sistema, fornece-lhe voluntariamente sua senha pessoal de acesso, permitindo que ele consulte informações e bancos de dados de acesso restrito.

Considerando as normas disciplinares, verifica-se que:

- (A) A conduta constitui transgressão disciplinar por permitir ou facilitar o acesso de pessoa não autorizada a sistemas de informações ou bancos de dados da Administração Pública mediante fornecimento de senha, sujeita à suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão.
- (B) Não constitui infração, pois a senha continua vinculada ao servidor autorizado.
- (C) Constitui apenas falta de segurança administrativa, punível exclusivamente com advertência.
- (D) Somente haverá transgressão se o colega efetivamente alterar ou excluir informações do sistema.
- (E) A conduta é permitida quando o compartilhamento da senha ocorre entre servidores da mesma unidade.

40

Durante o atendimento de uma ocorrência policial, um servidor civil registra, com seu telefone celular, imagens e áudios do local dos fatos, incluindo informações relacionadas à investigação. Posteriormente, sem solicitar autorização à autoridade competente, encaminha o material para um grupo de mensagens e permite que outras pessoas tenham acesso às informações da ocorrência.

Considerando as normas disciplinares aplicáveis aos servidores públicos estaduais, a conduta do servidor configura:

- (A) Transgressão disciplinar, por divulgar ou permitir a divulgação de imagem, áudio ou informação de ocorrência ou de local de crime sem a devida autorização da autoridade competente.
- (B) Conduta regular, pois o servidor possui liberdade para divulgar informações de ocorrências das quais participe.
- (C) Conduta legítima, desde que as imagens tenham sido produzidas durante o horário de serviço.
- (D) Mera irregularidade administrativa, sem repercussão disciplinar, caso o servidor não tenha recebido qualquer vantagem com a divulgação.
- (E) Conduta permitida, desde que o material divulgado não contenha informações consideradas sigilosas.

